

“Não haverá nenhum tipo de blindagem”, garante Marisa

A CPI dos Cartões Corporativos, instalada ontem, examina hoje os primeiros requerimentos de audiências públicas. **Página 5**



Adriana Kallume

A senadora Marisa Serrano foi eleita presidente da CPI, que tem os deputados Marcelo Melo como vice-presidente e Luiz Sérgio como relator

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIV – Nº 2.763 – Brasília, quarta-feira, 12 de março de 2008

Aprovada TV pública, sem voto da oposição

Numa sessão tumultuada, que se prolongou até 3h10 da manhã, PSDB e DEM anunciaram obstrução e deixaram o Plenário

O Plenário aprovou, às 2h30 de hoje, a medida provisória que cria a Empresa Brasil de Comunicação, gestora da TV Brasil ou TV pública. Nesse momento, a oposição já se havia retirado do Plenário, em meio a uma sessão que gerou polêmica desde o início. Outros dois itens foram votados. O primeiro, aprovado, é a MP

que autoriza a União a resgatar antecipadamente certificados financeiros do Tesouro Nacional emitidos em favor de estados e a ampliar as atividades de mercado para a Eletrobrás. O segundo item, rejeitado, refere-se a MP que rejeitava outra MP. A obstrução da oposição pode dificultar o exame do Orçamento. **Página 4**



José Cruz

No Plenário do Senado lotado por mulheres, Congresso realiza sessão especial

Congresso entrega prêmio ao celebrar dia da mulher

O trabalho feminino na transformação da sociedade foi destacado na sessão que homenageou o Dia Internacional da Mulher. O presidente do Senado, Garibaldi Alves, ressaltou a qualidade

da atuação feminina no Parlamento e no Executivo. Uma parteira, uma aeromoça, uma geneticista, uma política e uma líder feminista receberam o prêmio Bertha Lutz. **Página 8**

Denúncia gera polêmica na CPI das ONGs

Matéria da *Folha de S. Paulo*, intitulada “CPI apura elo entre ONGs sob suspeita e deputados”, tornou-se o centro dos debates. Ex-diretor da Adebrac denunciou irregularidades em projetos. **Página 2**

Mantega analisa impacto da reforma nos estados

Em debate com parlamentares, ministro da Fazenda prometeu acelerar estudos sobre impactos da reforma tributária nas receitas dos estados. Mantega afirmou que não haverá perdas. **Página 3**



Moreira Matiz

A sessão que se prolongou pela madrugada foi marcada desde o início pelas divergências entre governo e oposição

Sibá sugere afastamento de assessor que teria vazado informações. Heráclito considera iniciativa como censura prévia a funcionário. Colombo diz que comissão vai aprofundar investigações

Denúncia envolvendo deputados gera polêmica na CPI das ONGs

Matéria publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* na segunda-feira, intitulada “CPI apura elo entre ONGs sob suspeita e deputados”, tornou-se ontem o centro dos debates na Comissão Parlamentar de Inquérito das Organizações Não-Governamentais.

O senador Sibá Machado (PT-AC) criticou a denúncia, segundo a qual um relatório em poder da CPI – mas não divulgado aos senadores

–, sob o título “Levantamento de Conexões”, indicaria possíveis vínculos entre aquelas entidades e parlamentares. Da lista publicada constavam os nomes de cinco deputados: Adão Preto (PT-RS), Marco Maia (PT-RS), Assis Miguel de Couto (PT-PR), Anselmo de Jesus (PT-RO) e Sandra Rosado (PSB-RN).

Sibá questionou o presidente da



Sibá (E) e Heráclito, ao lado de Fátima Cleide, discutem na reunião da comissão parlamentar de inquérito

CPI, Raimundo Colombo (DEM-SC), e o relator, Inácio Arruda (PCdoB-CE), sobre a existência do documento. Diante da confirmação, ele solicitou a Colombo providências para identificar e afastar o assessor da CPI que teria repassado as informações.

A solicitação foi rebatida por Heráclito Fortes (DEM-PI), por entender que sugeria “uma cen-

sura prévia a um funcionário”. O senador pelo Piauí apresentou, então, uma proposta: “Vamos investigar os cinco citados. Quero uma apuração isenta dos fatos”. Para Heráclito, Sibá estava “partidarizando” a questão.

Ao retomar a palavra, Raimundo Colombo observou não ser papel da CPI a omissão. “Temos uma grande responsabilidade com a nação. Temos que eliminar esse vício [de má utilização de recursos públicos] e punir os responsáveis. Temos também que aprofundar a investigação dos fatos, modificar e evoluir a legislação vigente”, afirmou o presidente da comissão.

Por sua vez, Inácio Arruda lembrou que a CPI já aprovou a convocação de cerca de 40 representantes de ONGs.

Ex-diretor da Adebrac nega irregularidades

Ao depor na CPI das ONGs, o ex-diretor da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Brasil Central (Adebrac) Jair Heitor Duarte negou irregularidades nos projetos realizados com recursos públicos repassados à organização. Ele foi convocado para explicar relatório da Controladoria Geral da União que apontou “irregularidade em execução financeira” em convênios com o Ministério da Cultura.

Quanto à possível participação do deputado Nárceo Rodrigues nas

ONGs Adebrac e Centro de Educação Profissional (Cenep), Jair Duarte explicou que a ajuda dele se deu exclusivamente na liberação de recursos para as instituições, mas não houve nenhum outro tipo de envolvimento.

Desculpas

Membros da CPI pediram desculpas à ex-chefe de gabinete do Ibama Marisa Rotemberg, por reconhecer que não havia motivo para convocá-la.

Ela foi chamada, juntamente

com a representante da ONG Amanaka’ a Amazon Network, Maria José Weiss – que não compareceu porque não foi localizada –, para explicar representação contra a entidade no Ministério Público Federal sobre prestação de contas considerada irregular, por desvio de recursos, referente a convênio de R\$ 600 mil com o Ibama. Os senadores decidiram, então, que a pessoa qualificada a responder ao questionamento seria a representante da Amanaka’ a.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Às 15h, votação do Orçamento. Às 10h, sessão plenária

O Congresso Nacional reúne-se às 15h para votar o Orçamento da União de 2008. O texto faz um corte de R\$ 12,4 bilhões em custeio, pessoal e investimento para compensar a perda de R\$ 39 bilhões com o fim da CPMF. E garante R\$ 5,2



bilhões para ressarcir os estados beneficiados pela Lei Kandir. Para investimentos, inclusive os das estatais, foram destinados R\$ 99,4 bilhões.

Devido à votação do Orçamento, a sessão deliberativa ordinária do Senado será realizada às 10h.

Propaganda comercial em debate na CCT e CAE

As comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Assuntos Econômicos (CAE) realizam, a partir das 9h, audiência pública conjunta para debater os limites legais para a regulamentação da propaganda comercial.

Entre os convidados para a audiência, estão o assessor da Associação Brasileira de Agências de Publicidade Stalimir Vieira e a gerente de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Maria José Fagundes.

Celso Amorim fala à CRE

Às 15h, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) recebe o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Ele deverá falar aos senadores sobre o papel desempenhado pelo Brasil nas negociações para solucionar o conflito entre Colômbia, Equador e Venezuela.



Novas regras para suplente em exame na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) retoma, às 10h, a discussão do substitutivo a sete propostas de emenda à Constituição que tratam da suplência de senadores.

Entre os 19 itens em pauta, está também requerimento de voto de censura ao juiz Edilson Rumbelberger, que classificou de inconstitucional a Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha.

Prevenção nas escolas

Às 11h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa pauta de seis itens. O primeiro deles é o substitutivo a sete projetos que determinam a realização de exames preventivos de acuidade visual e auditiva nas escolas.

Trabalho escravo

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, participa, às 10h, de ato contra o trabalho escravo, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Moraes

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br/jornal | jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – 70165-920 Brasília (DF)

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves, Alvaro Dias e Patrícia Saboya

Mantega estuda impacto da reforma tributária

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, prometeu ontem a parlamentares do PMDB acelerar estudos contendo simulações dos impactos da proposta de reforma tributária sobre as receitas dos estados. A cobrança partiu de parlamentares receosos de que seus estados venham a perder arrecadação com as mudanças no sistema tributário. Para maior garantia contra prejuízos, muitos chegaram a propor que o fundo, a ser criado para compensar os estados perdedores, tenha suas regras incluídas na Constituição federal.

Para tranqüilizar os parlamentares, Guido Mantega afirmou que a proposta do governo inclui instrumentos para que, no resultado final, a reforma seja neutra, sem prejuízo para ninguém. Por isso, assegurou, o governo está disposto a complementar o chamado fundo de equalização com a quantidade necessária de recursos para compensar os eventuais perdedores.

A reunião com deputados e senadores peemedebistas abriu ciclo de debates que o Ministério da Fazenda pretende realizar com todos os partidos para ampliar o diálogo sobre a proposta de reforma tributária. O evento, realizado em auditório da Câmara dos Deputados, contou ainda com a participação do secretário de Política Econômica da pasta, Bernard Appy. No encontro, os parlamentares também defenderam a constitucionalização de um segundo fundo previsto na reforma, destinado ao financiamento de políticas de desenvolvimento regional, em troca do fim da chamada guerra fiscal.



Mantega abre ciclo de debates com os partidos políticos

Em meio a uma sessão tumultuada que se prolongou pela madrugada, a oposição se retirou do Plenário, declarando-se em obstrução inclusive para o exame da proposta orçamentária



Virgílio: emendas do anexo seriam "porta escancarada para escândalo"



Garibaldi conduziu reunião com os líderes partidários

Congresso examina Orçamento. PSDB e DEM anunciam obstrução

Líderes da oposição e dos partidos da base do governo fecharam ontem, durante o dia, um acordo para que fosse votado pelo Congresso hoje, a partir das 15h, o projeto do Orçamento da União para 2008. À noite, contudo, diante da radicalização de posições entre líderes governistas e opositores, PSDB e DEM declararam-se em obstrução e abandonaram o Plenário do Senado.

A oposição havia concordado com uma proposta do líder do PT na Câmara, Maurício Rands (PE), de eliminar do Orçamento 95 emendas individuais que constam do Anexo de Metas e Prioridades. Com isso, os R\$ 534 milhões direcionados ao anexo serão integralmente destinados a projetos e programas nos estados, através de emendas das 27 bancadas estaduais.

O PSDB vinha exigindo o fim das emendas individuais do anexo e a redistribuição dos recursos entre os estados para que pudesse votar o

Orçamento. O líder do partido no Senado, Arthur Virgílio (AM), anunciou que iria tentar impedir a votação do Orçamento depois que o jornal *Folha de S. Paulo* noticiou, no dia 25 de fevereiro, que teria havido um "contrabando" das 95 emendas individuais para o Anexo de Metas.

Com isso, segundo o jornal, os autores das emendas estariam conseguindo mais verbas do Orçamento do que os outros 499 deputados e senadores. O relator-geral do projeto do Orçamento 2008, deputado José Pimentel (PT-CE), sustentou que não havia qualquer irregularidade nas emendas e garantiu que só destinou os R\$ 534 milhões ao anexo autorizado pela Comissão Mista de Orçamento.

Pimentel informou que, dos R\$ 534 milhões, a metade estava dividida igualmente entre as 26 bancadas dos estados e a do Distrito Federal. Agora, pelo acordo, os outros R\$ 267 milhões também serão rateados entre as 27 unidades da Federação por um critério

que leva em consideração a média das emendas estaduais dos últimos três anos, a população de cada estado e a fórmula de distribuição usada pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Depois da reunião de líderes de ontem, dirigida pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, Arthur Virgílio afirmou à imprensa que seu partido estaria atento ao governo na votação do Orçamento caso algum deputado ou senador tentasse manter o anexo, impedindo a continuidade da sessão do Congresso com um pedido de verificação de quórum. Para ele, as emendas individuais do anexo seriam "uma porta escancarada para escândalos". Ele voltou a criticar "um diminuto grupo de parlamentares" que domina a Comissão de Orçamento.

Pelo acordo partidário, o relator-geral do Orçamento foi autorizado a retirar R\$ 450 milhões dos R\$ 5,3 bilhões destinados a ressarcir os estados pela perda de ICMS nas exportações.

Lula fez o que deveria ter feito há muito tempo, diz Garibaldi

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirmou que, ao apelar a sua base para que vote unida pela aprovação do Orçamento, o presidente Lula "fez o que deveria ter feito há muito tempo". A declaração de Garibaldi ocorreu logo após a reunião de líderes em que foi celebrado o acordo para a votação do Orçamento 2008.

– Eu creio que o presidente fez o que deveria ter feito há muito tempo, que era convocar as suas lideranças para que elas mobilizassem as suas bancadas, porque só assim haveria o acordo. Porque o grande interessado é o governo. E, se o governo não se mobiliza, os outros acabam por não fazer o entendimento – disse.

Na manhã de ontem, em reunião do Conselho Político, os líderes aliados ouviram do presidente o apelo à mobilização. Lula teria dito, segundo Renato Casagrande (ES), líder do PSB, que, se o Orçamento não for votado, o governo terá que editar diversas medidas provisórias.

Adiada sessão do Congresso em que vetos seriam analisados

A pedido do ministro das Relações Institucionais, José Múcio, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, concordou em adiar a sessão conjunta do Congresso, prevista para a noite de ontem, em que o Legislativo começaria a deliberar sobre os vetos presidenciais. O adiamento deve-se à preocupação com o risco de não haver quórum para a votação do Orçamento da União. – Concordei com o pedido do ministro. A prioridade agora tem que ser o Orçamento. Vou comunicar a decisão aos líderes na reunião da tarde – disse Garibaldi. José Múcio alegou que a deliberação dos vetos cansaria os parlamentares, podendo prejudicar o quórum de hoje. O ministro também informou que o governo tem evitado editar medidas provisórias, preferindo esperar que os parlamentares votem logo o Orçamento. Ele ressaltou ainda que o Congresso precisa concentrar-se para votar também o projeto que cria a TV Brasil.

Cafeteira celebra reservas internacionais

O líder do PTB no Senado, Epitácio Cafeteira (MA), comemorou a divulgação, no mês passado, do documento do Banco Central que informa que o valor das reservas internacionais brasileiras superou o total da dívida externa do país.

Na opinião do senador, o boletim Indicadores de Sustentabilidade Externa do Brasil: Evolução Recente – divulgado em 21 de fevereiro – é um "documento histórico" por mostrar que, pela primeira vez na história econômica do Brasil, as reservas internacionais superaram o total da dívida externa, fazendo o país alcançar "a condição inédita de credor".

– Tornamo-nos um país atraente aos olhos dos investidores externos, pois transmitimos uma imagem de austeridade baseada em números, num ambiente econômico seguro. Tornamo-nos um país menos vulnerável – comemorou Cafeteira.

Votos de confiança

O líder do PTB aproveitou para anunciar que pelo menos seis dos sete senadores do seu partido votarão hoje a favor da aprovação do Orçamento da União para 2008 na sessão do Congresso Nacional.

– São votos de confiança num governo que conseguiu reunir condições de pagar a dívida do Brasil – afirmou.



País se tornou menos vulnerável, diz Cafeteira

Sessão do Senado foi tensa, com acusações mútuas de governo e oposição, e se prolongou pela madrugada. Só no primeiro item da pauta debates duraram sete horas

Com oposição ausente, Plenário aprova MP que cria TV pública

O Plenário aprovou na madrugada de hoje a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), gestora da TV Brasil ou TV pública. O projeto de lei de conversão originário da medida provisória (MP) que criou a EBC, o terceiro item da pauta, vai à sanção presidencial. Para examiná-lo, os senadores aprovaram outro projeto de lei de conversão e rejeitaram uma medida provisória que revogava MP.

O relatório pela rejeição da MP, do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), gerou forte reação dos senadores do PSDB e do DEM, que se retiraram do Plenário. Para eles, o comportamento do governo foi desrespeitoso com o Congresso Nacional.

– A revogação de uma medida provisória por outra MP mostra que a primeira não era urgente, nem relevante, e agora, ao recomendar a rejeição da segunda MP, o governo confessa que nenhuma tinha os pressupostos constitucionais para sua edição – protestou o líder do PSDB, Arthur Virgílio

(AM), propondo a saída da oposição do Plenário.

Diante dos ânimos acirrados de opositoristas e governistas, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, sugeriu que a melhor resposta da Casa diante da avalanche de medidas provisórias seria mudar as regras para edição e tramitação desses instrumentos legais. Outras respostas para afirmação do Parlamento, segundo Garibaldi, seriam o exame de vetos e a reestruturação da Comissão Mista de Orçamento.

O líder do DEM, José Agripino (RN), apoiou a sugestão de Arthur Virgílio, e a votação do segundo e terceiro itens da pauta foi realizada sem a presença da oposição em Plenário.

Títulos do Tesouro

O primeiro item da pauta foi o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 1/08, originário da Medida Provisória 396/07. Essa MP autoriza a União a resgatar antecipadamente certificados financeiros do Tesouro Nacional (CFTs) emitidos em favor dos

estados e amplia atividades de mercado para a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás).

O relator da matéria, que vai à sanção presidencial, foi Francisco Dornelles (PTB-RJ), que apresentou parecer favorável ao texto da Câmara dos Deputados, ressaltando a possibilidade de a Eletrobrás ampliar seu universo mercadológico mediante a constituição de sociedades no Brasil e no exterior. O PLV 1/08 foi aprovado após sete horas de discussão.

Revogação

O segundo item da pauta foi a Medida Provisória 397/07, que revogava a MP 385/07, que estende ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual prazo previsto em lei.

A proposta sobre a EBC – Projeto de Lei de Conversão 2, originário da MP 398/07 – foi relatada em Plenário por Renato Casagrande (PSB-ES), que fez uma forte defesa da TV pública, no que foi acompanhado por parlamentares da base governista.



Fotos: Moreira Mariz

A sessão, que começou às 14h de ontem, terminou depois das 3h da madrugada de hoje

Entre “rolo compressor” e “protelação”, acusações de parte a parte

Senadores opositoristas acusaram os líderes do governo de tentar “passar um rolo compressor” sobre o Senado para aprovar as matérias de seu interesse. Estes, por sua vez, se defendiam dizendo que a oposição queria apenas obstaculizar a votação do PLV 2/08, que cria a TV Brasil.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, teve que intervir diversas vezes para manter a ordem dos trabalhos. Senadores

do governo e da oposição fizeram acusações mútuas e travaram uma longa disputa acerca da interpretação dos ditames do Regimento Interno sobre o uso da palavra.

O primeiro conflito ocorreu logo no começo da ordem do dia, em torno do desejo dos senadores opositoristas de expressarem sua solidariedade à família do senador Antonio Carlos Magalhães, falecido no ano passado. (veja matéria na página 5). Os senadores governistas, entretanto,

queriam que tais manifestações ocorressem somente após a ordem do dia, para que o PLV 1/08, primeiro dos itens que trancam a pauta, pudesse ser colocado logo em votação.

Discussão

Depois de iniciados os debates sobre a matéria em votação, a oposição reclamou seu direito de discutir o assunto pelo tempo que julgasse necessário, enquanto os senadores governistas queriam limitar o tempo de discussão e o

número de intervenções.

Quando já havia transcorrido mais de três horas de debate, o líder do governo, senador Romero Jucá, apresentou requerimento de encerramento da discussão, o que ensejou veementes protestos da oposição.

– A oposição não dobrará a base do governo. Isso aqui é o Senado da República. Aqui não é a favela da Portelinha, onde o Juvenal Antena manda e desmanda – disse o senador, fazendo alusão

ao personagem da novela *Duas Caras*, da TV Globo.

A intervenção de Jucá desagradou a oposição. O senador Tasso Jereissati chegou a afirmar que aquele havia sido um dos pronunciamentos “mais lamentáveis” que já tinha ouvido no Senado.

– Não vou aqui hoje dizer como a maioria é construída porque infelizmente o Brasil todo sabe como ela é construída.

O PLV 1/08 acabou sendo aprovado após sete horas de debates.



Entidades de comunicação apóiam nova emissora

Diversas entidades ligadas à área de comunicação – empresas de radiodifusão comercial, rádios comunitárias e produtoras independentes – encaminharam ontem ao Senado documento de apoio à criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), gestora da TV Brasil. Três representantes dessas instituições foram recebidos pelo presidente da Casa, Garibaldi Alves.

Em encontro com senadores, entre eles o relator da MP, Renato Casagrande (PSB-ES), a presidente da TV Brasil, jornalista Tereza Cruvinel, afirmou que “uma TV pública, em qualquer democracia do mundo, é sinal de pluralidade e conquista de cidadania”.

O cartunista Zivaldo observou que o *site* You Tube estaria exercendo o papel da TV pública,

mas sem aproveitar o potencial da televisão.

O presidente da Associação Brasileira das Emissoras Públicas Educativas e Culturais, Antonio Achillis, disse que o projeto da TV Brasil “é a melhor arquitetura de televisão pública do mundo”. Salientou que, antes de ser encampada pelo governo, a ideia de criar uma TV pública foi discutida por entidades do setor.



Agripino (D), ao lado de Collor, Jucá e Virgílio, considera o ato truculento

Senadores condenam operação policial no apartamento de ACM

Senadores de vários partidos condenaram ontem, no Plenário, a “invasão”, em Salvador, do apartamento do ex-senador baiano Antonio Carlos Magalhães. De acordo com a imprensa, o imóvel foi ocupado por oficiais de Justiça, policiais e advogados do empresário César Mata Pires, que é casado com uma das filhas de ACM e estaria reivindicando na Justiça bens deixados pelo ex-presidente do Senado, morto em julho.

Ainda conforme o noticiário, a ação da polícia foi autorizada pela juíza da 14ª Vara de Família, Fabiana Andrea Almeida Oliveira Pellegrino, mulher do deputado federal Nelson Pellegrino (PT-BA), ex-líder do partido na Câmara.

Após as manifestações de repúdio à ação policial, o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, designou uma comissão para encaminhar sugestões que deverão ser adotadas pela Casa em solidariedade à família de Antonio Carlos Magalhães. A comissão é composta pelos senadores José Agripino (DEM-RN), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Ideli Salvatti (PT-SC).

“Truculência”

Primeiro a falar, o líder do DEM, José Agripino, manifestou “repúdio pessoal pela truculência com que o apartamento, a residência, o lar onde mora dona Arlete [viúva de ACM] foi invadido”.

Por sua vez, Tasso Jereissati (PSDB-CE) disse não conhecer “ninguém de bom senso neste país que, conhecendo dona Arlete, pudesse promover uma invasão policial armada ao seu apartamento”.

Marco Maciel (DEM-PE) afirmou que os fatos precisavam ser esclarecidos, como forma de evitar “um grave precedente que não pode ser repetido”. Arthur Virgílio classificou a operação “como um gesto que agride o respeito mais comedido, que é o direito da pessoa humana”. Pedro Simon (PMDB-RS) considerou que a ação policial “revolta a sociedade brasileira”. Para Kátia Abreu (DEM-TO), a Justiça deveria ser “dura com os 40 quadrilheiros, com os donos dos cheques corporativos”.

Ao condenar a ação policial, Alvaro Dias (PSDB-PR) lamentou que “fatos como esse estejam ocorrendo com frequência no Brasil”. César Borges (PR-BA) assinalou que a operação “entristece a Bahia” e representa um ato de “violência inominável”. Acrescentou que a juíza deveria se considerar impedida em razão do parentesco com pessoa da oposição a ACM.

Marconi Perillo (PSDB-GO) lembrou que questões que envolvem patrimônio deveriam ser resolvidas “na esfera apropriada da família”. Papaléo Paes (PSDB-AP) classificou o ato de “gesto grosseiro”, enquanto Heráclito Fortes (DEM-PI) disse que o acontecimento representa “uma brutalidade política inaceitável”.

Já Efraim Moraes (DEM-PB) lamentou que a polícia tenha ocupado “a casa de uma senhora de 78 anos de idade”. Romeu Tuma (PTB-SP) observou que o oficial de Justiça “deveria cumprir a ordem judicial sem a força policial”. O episódio também foi condenado por Mão Santa (PMDB-PI) e Francisco Dornelles (PP-RJ).

Comissão parlamentar mista de inquérito vai apurar o uso irregular de cartões corporativos do governo federal. Vice-presidente, o deputado Luiz Sérgio disse que buscará a verdade dos fatos

CPI dos Cartões elege presidente e vice. Investigação já pode começar

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) foi eleita ontem com 20 votos presidente da comissão parlamentar mista de inquérito que investigará irregularidades no uso de cartões corporativos do governo federal. O nome de Marisa Serrano foi indicado pelos tucanos após o PMDB, por acordo, ter aberto mão da presidência da CPI.

O comando da eleição coube ao deputado Antônio Roberto (PV-MG), por ser o parlamentar mais idoso da comissão. Ao ser eleita, Marisa Serrano garantiu que as investigações serão amplas.

– Não haverá nenhum tipo de blindagem. Vamos investigar o que for necessário. A sociedade pode confiar no nosso trabalho. Temos que pensar sempre que a CPI é um instrumento do Congresso Nacional para poder investigar o que se passa no país e é de interesse público. Não pode ser local apenas para um embate entre governo e oposição, a linha tem que ser a da investigação. A minha condução dos trabalhos será republicana e impessoal – afirmou a presidente.

Na reunião, foi eleito vice-presiden-



Marisa Serrano, presidente da CPI: “Vamos investigar o que for necessário”

te o deputado Marcelo Melo (PMDB-GO). E a senadora Marisa Serrano designou o deputado Luiz Sérgio (PT-RJ) relator da CPI mista. O deputado também garantiu que as investigações não protegerão ninguém.

– O único acordo é para que possamos ir fundo nas investigações. Não vamos proteger nem perseguir ninguém. Essa não é a CPMI do governo nem da oposição, e sim a que a sociedade reivindicou. Queremos revelar a verdade dos fatos – disse Luiz Sérgio.

Conforme o relator, apenas a dinâmica dos trabalhos poderá confirmar se a CPI finalizará os trabalhos nos

90 dias previstos – em 8 de junho – ou se será prorrogada. Considera, no entanto, que não seria bom haver prorrogação, uma vez que “as eleições [de outubro] poderiam contaminar a CPMI”.

O senador José Agripino (DEM-RN) destacou que a CPI tem um serviço a prestar à sociedade e assegurou que seu partido vai procurar investigar “do a quem doer”. Marconi Perillo (PSDB-GO) afirmou

que ao seu partido interessa “uma investigação rigorosa dos fatos”.

– O PSDB não teme que se investiguem governos anteriores e espera que o mesmo aconteça com o governo atual – enfatizou Marconi.

Para o senador Valter Pereira (PMDB-MS), a eleição de Marisa Serrano foi uma homenagem ao Dia Internacional da Mulher, comemorado no último dia 8. Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que a CPI nasce sob pessimismo da sociedade, mas acredita que a comissão possa reverter essa expectativa se, logo no início dos trabalhos, aprovar requerimentos importantes.

Ministro da CGU e presidente do TCU devem ser convidados

A presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos, senadora Marisa Serrano, agendou para hoje, às 9h, reunião administrativa do colegiado para votar os primeiros requerimentos de realização de audiências públicas.

Seguindo o plano de trabalho do relator, deputado Luiz Sérgio, aprovado ontem, deverão ser convidados o ministro da Controladoria Geral da União (CGU), Jorge Hage Sobrinho, e o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Walton Alencar Rodrigues.

Os dois próximos convidados deverão ser o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo; e Paulo Paiva, que ocupou o cargo em 1998, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, quando os cartões corporativos foram adotados.

A proposta de trabalho do relator estabelece quatro etapas de trabalho.



Deputado Luiz Sérgio preparou roteiro de trabalho, que terá quatro etapas

A primeira – que deve durar 20 dias – prevê “análise e obtenção de informações” sobre gastos públicos feitos com cartões corporativos ou “contas tipo B”.

Nessa fase, a CPI ouvirá responsáveis por órgãos de fiscalização. Será ainda examinada a transição das contas tipo B para os cartões corporativos e identificados os “mecanismos de suprimentos de fundos” usados pelo governo federal.

A segunda etapa dos trabalhos – com prazo de 30 dias – vai apurar fatos e informações por meio de oitivas de servidores acusados de envolvimento em eventuais irregularidades no uso do cartão. Na terceira etapa, a comissão de inquérito apresentará propostas para aprimorar a gestão e fiscalização dos cartões. A última parte – de conclusão e entrega do relatório final – terá 20 dias.

Procedimentos de funcionamento da CPI foram estabelecidos ontem. Marisa Serrano definiu que os requerimentos terão de ser entregues à secretaria da comissão no máximo até as 17h da véspera da votação e serão divulgados na internet. A senadora determinou ainda que as reuniões em que forem tomados depoimentos terão apenas esse fim e que os requerimentos serão votados em reuniões administrativas específicas.

Representação brasileira do mercado comum modifica protocolo sobre solução de controvérsias entre países membros e debate tráfico de pessoas na América Latina

Mercosul terá fundo educacional para fortalecer a integração

A representação brasileira do Parlamento do Mercosul aprovou ontem a criação do Fundo Educacional do Mercosul (FEM), que financiará projetos e programas para fortalecimento da integração regional. O fundo será composto de aportes anuais de recursos, classificados em duas espécies: o mínimo, de US\$ 30 mil, e o proporcional, que no caso do Brasil é de US\$ 132 mil e do Paraguai, de US\$ 2 mil – respectivamente a maior e a menor contribuição. As verbas totais do fundo deverão somar US\$ 360 mil.

De acordo com a mensagem presidencial, assinada pelos ministros de Relações Exteriores e da Educação, esta última pasta já dispõe de orçamento suficiente para honrar a quota brasileira.

Também foram aprovadas modificações ao Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul. A composição do Tribunal Permanente de Revisão (TPR), para solucionar contestações, será de um titular designado por cada Estado-parte



Tuma preside reunião: decisões ampliam eficiência do mercado comum

do Mercosul.

Também foi aprovada mensagem do Ministério de Relações Exteriores para harmonizar o prazo de visitação turística concedido a cidadãos do Mercosul. Outro requerimento aprovado prevê, em Pelotas (RS), seminário sobre integração regional.

O presidente da representação brasileira, senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), apresentou requerimento para audiência sobre a situação dos médicos formados em outros países que atuam no Brasil. O debate foi

suscitado pela senadora Marisa Serrano (PSDB-MS).

Os parlamentares também discutiram com a coordenadora do Projeto de Combate ao Tráfico de Pessoas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Thaís Farias, a situação dos 2,5 milhões de vítimas desse crime no mundo. Segundo a especialista, o lucro alcançado com a exploração sexual de latino-americanos chega a US\$ 18 mil anuais por pessoa. Ela pediu ainda o apoio para harmonizar a legislação de cada país na área.



Vânia Maione, Agaciel Maia, Efraim Moraes, Denise Zoghbi e Dirceu Matos na aula inaugural

Efraim defende reforma política ao abrir ano letivo do ILB e da Unilegis

O 1º secretário do Senado, Efraim Moraes (DEM-PB), abriu ontem o ano letivo de 2008 do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis). Ao falar sobre “Eleição – a essência da democracia”, Efraim defendeu a realização de uma reforma política que enfatize a fidelidade partidária, a alternância de poder e o financiamento de campanhas eleitorais. A cerimônia foi transmitida para assembleias legislativas e câmaras municipais pelo Programa Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo.

Para Efraim, o sistema eleitoral brasileiro ainda se baseia em indivíduos, e não em partidos políticos. Ele sustentou não ser possível alcançar a estabilidade democrática com agremiações frágeis e efêmeras.

Efraim lamentou que, devido à omissão do Legislativo, ao não realizar a reforma, o Supremo Tribunal Federal (STF) venha “legislando” sobre o assunto.

Ainda conforme o 1º secretário, o Judiciário nem sempre cumpre sua obrigação de dar prosseguimento às recomendações das

comissões parlamentares de inquérito (CPIs), como julgar os responsáveis por irregularidades.

Credenciamento

O pedido de credenciamento para certificação dos cursos de pós-graduação da Unilegis e do ILB será protocolado no Ministério da Educação esta semana. O anúncio foi feito pela vice-reitora acadêmica da Unilegis, Vânia Maione.

Já a diretora-executiva do ILB, Denise Zoghbi, destacou que o instituto, em 11 anos de funcionamento, formou cerca de 30 mil alunos. O ILB também firmou convênio com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), disse Denise, para elaborar um guia das eleições, a ser distribuído em todo o território nacional.

Por sua vez, o diretor-geral do Senado e vice-reitor-executivo da Unilegis, Agaciel Maia, anunciou que a meta do Senado é modernizar as áreas de comunicação, informação e treinamento, o que, disse, foi realizado em 2007. Agaciel também ressaltou que o sistema de ensino a distância contribui para o constante aprimoramento dos servidores públicos.

Leopoldo Silva



Cristovam Buarque (E) é autor do requerimento para ouvir Timothy Mulholland

Reitor da UnB é convidado para audiência sobre gestão de fundações

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem requerimento do seu presidente, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), para realização de audiência com o presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) e reitor da Universidade de Brasília (UnB), Timothy Mulholland. O objetivo é debater a gestão das fundações vinculadas às instituições federais de ensino superior.

Também foi aprovado requeri-

mento da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) para realização de audiência, inserida no 2º Simpósio e Fórum Público Educação, Igualdade e Justiça Social, com os ministros da Educação de Brasil, África do Sul e Inglaterra, sobre reforma educacional.

Por sugestão do senador Flávio Arns (PT-PR), haverá audiência, em parceria com a Fundação Santilhana, para debater a reforma educacional na Espanha e no Brasil.

Comissão congratula o Jornal do Senado

A Comissão de Educação aprovou ontem requerimento de congratulações ao **Jornal do Senado** pelo encarte da edição de segunda-feira. A publicação mostra os resultados do ciclo de debates organizado pelo colegiado sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O encarte pode ser visto em www.senado.gov.br/jornal.



José Cruz

Trinta e cinco estudantes de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel (Univel) participaram ontem de café da manhã com o senador Flávio Arns (PT-PR). O parlamentar destacou a importância do Poder Legislativo no fortalecimento da cidadania e explicou alguns aspectos da atividade do Congresso Nacional, como

a elaboração e tramitação de projetos.

– É fundamental que, no processo de aprendizagem, os estudantes tenham contato direto com a realidade profissional. No caso dos futuros advogados, é de grande relevância a visita ao Congresso – ressaltou Flávio Arns.

Os alunos também visitaram dependências do Senado.

Projeto amplia prevenção do câncer de mama

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) apresentou projeto de lei com o objetivo de assegurar o acesso das mulheres a ações de controle do câncer de mama pelo Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com o projeto, as mulheres terão direito à detecção precoce do câncer de mama, acesso a exames de diagnóstico, tratamento e acompanhamento das alterações encontradas, garantidos mediante ações de unidades integrantes do sistema público.

O projeto (PLS 57/08), que aguarda designação de relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde receberá decisão terminativa, altera a lei que obriga o sistema público de saúde a realizar cirurgia plástica reparadora da mama (Lei 9.797/99), acrescentando os procedimentos para detecção do câncer de mama entre as obrigações do SUS.

Entre os procedimentos assegurados pelo projeto, está a mamografia, que, lembra o senador, “permite identificar lesões não-palpáveis e descobrir tumores de dimensões reduzidas”. Inácio Arruda chama atenção, também, para “as notórias dificuldades que as mulheres enfrentam na realização desse exame no âmbito do Sistema Único de Saúde”.

Detecção precoce

Ao defender a “detecção precoce” como a melhor estratégia para o controle do câncer de mama, o senador destaca que em 2003 foi publicado, por iniciativa do Ministério da Saúde e da Sociedade Brasileira de Mastologia, o documento “Consenso para Controle do Câncer de Mama”, que aconselha a realização do exame para mulheres de todas as faixas etárias. Para as mulheres com risco elevado para o câncer de mama, o exame clínico e a mamografia, que são os procedimentos mais indicados para a prevenção da doença, devem ser realizados a partir dos 35 anos, lembra ainda Inácio Arruda.

“As mulheres submetidas a esses exames devem ter acesso garantido aos demais procedimentos de investigação diagnóstica e de tratamento, quando necessários.”

Espanhol Ricardo Peidró diz que seu país segue mesmas regras sobre admissão de pessoas que outros membros da União Européia

Embaixador nega maus-tratos a brasileiros

O embaixador da Espanha no Brasil, Ricardo Peidró, disse que, em média, 1% dos 800 brasileiros que chegaram diariamente a seu país em 2007 foi repatriado. Em entrevista no gabinete do presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Heráclito Fortes (DEM-PI), o embaixador afirmou que seria necessário analisar a tendência ao longo de um período maior.

De acordo com o diplomata, a Espanha teve um nível de repatriação semelhante ao dos demais 21 países europeus que integram o Acordo de Schengen – que trata da política de livre circulação de pessoas nesses países. Ele lembrou que a Espanha é o segundo destino mais procurado no exterior por brasileiros em geral e por brasileiros estudantes de pós-graduação. Acrescentou que seu país é o segundo maior investidor no Brasil.

Peidró salientou que as regras para ingresso no Espaço Schengen são públicas e comuns aos países signatários do acordo, e afirmou ainda que a Espanha é



Peidró (3º à dir.), no gabinete de Heráclito (C), diz que “este momento não reflete a tendência”

muito cobrada com relação a sua política de imigração pelos demais países integrantes do acordo, em virtude de sua proximidade com a África e de ser a porta de entrada natural, na Europa, dos países de língua espanhola da América Latina.

O embaixador assegurou que os brasileiros barrados ficam retidos em locais com todas as condições de higiene e conforto.

Todos, enfatizou, têm direito de consultar um advogado e ligar para o consulado. Informou que em alguns casos há demora na repatriação em virtude da falta de poltronas disponíveis nos 12 aviões que diariamente fazem a ligação com o Brasil. Ele cobrou das companhias aéreas uma melhor orientação para seus passageiros.

Heráclito considerou a visita de

Peidró “um gesto altamente positivo” para esclarecer a situação dos brasileiros retidos no aeroporto de Barajas. O presidente da CRE se referiu à repatriação de espanhóis após a detenção de 30 brasileiros em Madri no mesmo dia, no início deste mês, dizendo que “não se tratou de uma retaliação, mas pode-se falar em reciprocidade”. O senador disse que o embaixador reconheceu a existência de falhas na atuação dos agentes da imigração espanhola e o elogiou por ter entregado à CRE relatórios circunstanciados sobre cada brasileiro barrado.

César Borges (PR-BA), Eduardo Suplicy (PT-SP), Fernando Collor (PTB-AL), Flávio Arns (PT-PR), João Tenório (PSDB-AL), Mão Santa (PMDB-PI), Paulo Duque (PMDB-RJ), Pedro Simon (PMDB-RS) e Romeu Tuma (PTB-SP) também estiveram presentes à reunião no gabinete de Heráclito Fortes.

Aposentados pedem recomposição do poder aquisitivo de benefícios

Representantes de associações de aposentados estiveram ontem no Senado para defender a aprovação de dois projetos de Paulo Paim (PT-RS). O primeiro visa recompor o poder aquisitivo de aposentadorias e pensões (PLS 58/03), e o outro acaba com o fator previdenciário (PLS 296/03).

Essas propostas – que teriam de ser votadas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) – foram enviadas diretamente à Mesa, a qual decidirá se elas poderão tramitar em regime de urgência, conforme solicitação de Paim.

De acordo com o presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), Benedito Marcílio Alves da Silva, há no país mais de 17 milhões de aposentados que não recebem mais do que um salário mínimo. Ele criticou a desvinculação entre os reajustes do salário mínimo e os das aposentadorias com valores acima desse piso.

– Se for mantida a desvinculação, em pouco tempo teremos aposentados recebendo apenas o salário mínimo. E não podemos concordar com isso – reclamou



Mercadante (E) recebe manifestantes que apenam pelo fim do fator previdenciário

Benedito, acrescentando que há 19 associações de aposentados mobilizando-se para apoiar os dois projetos em questão.

O presidente da Cobap também declarou que “o fator previdenciário é um entrave para que as aposentadorias sejam justas”.

O fator previdenciário é utilizado no cálculo das aposentadorias e considera, entre outros itens, a expectativa de vida do beneficiário. Segundo Paulo Paim, “com o fator, no ato da aposentadoria o trabalhador pode ter um corte em seu benefício de até 40%”.

Sessão especial homenageia os 80 anos do jornal cearense O Povo

A passagem dos 80 anos de criação do jornal cearense *O Povo* foi comemorada ontem em sessão especial do Senado. A homenagem foi requerida pelos senadores do Ceará Patrícia Saboya (PDT) e Inácio Arruda (PCdoB). Também compuseram a Mesa Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e José Nery (PSOL-PA); o deputado Mauro Benevides (PMDB-CE); o presidente do jornal *O Povo*, Demócrito Rocha Dummar; o ministro do Superior Tribunal de Justiça Francisco César Rocha; e o ministro do Tribunal de Contas da União

Ubiratan Aguiar.

Patrícia assinalou a posição crítica assumida pelo jornal em relação ao golpe militar de 1964, e Inácio Arruda traçou um esboço da evolução histórica de *O Povo* desde sua fundação.

Os senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE), Mão Santa (PMDB-PI), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Papaléo Paes (PSDB-AP), Cristovam Buarque (PDT-DF), José Sarney (PMDB-AP), Marco Maciel (DEM-PE) e Heráclito Fortes (DEM-PI) também homenagearam o jornal.



Mesquita Júnior, Inácio Arruda, Demócrito Dummar e Patrícia Saboya no Plenário

Homenagem às agraciadas com diploma

Sessão especial do Congresso Nacional agraciou ontem as cinco vencedoras do prêmio Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. Elas foram selecionadas entre 75 mulheres indicadas por associações e conselhos que tratam dos direitos humanos, assuntos sociais e da defesa da mulher, da criança e do adolescente.

As vencedoras da edição 2008 do prêmio são a patrona do feminismo brasileiro, a escritora Rose Marie Muraro; a médica e ex-deputada federal Jandira Feghali; a aeromoça e especialista em Antártica Alice Editha Klausz; a presidente da Associação das Parteiras de Jabotão dos Guararapes (PE), Maria dos Prazeres de Souza; e a médica geneticista Mayana Zatz, integrante do Projeto Internacional Genoma Humano.

Coordenada pelo Conselho do Diploma Mulher-Cidadã, a premiação avalia os currículos das candidatas e sua contribuição para a melhoria das condições de vida e emprego da mulher brasileira. Integrado por oito senadores, o conselho é presidido pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que apresentou o requerimento para a sessão solene.

Premiadas

Rose Maria Muraro não pode estar presente à sessão, e coube à ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, receber o prêmio em seu lugar. Jandira Feghali é atualmente titular da Secretaria de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia do Município de Niterói (RJ). Alice Klausz formou-se no primeiro grupo de aeromoças da Varig, em 1954. Depois de sua aposentadoria, é voluntária do programa Antártico Brasileiro.

Maria dos Prazeres já realizou mais de 5 mil partos sem nenhum óbito. Mayana Zatz é diretora do Centro de Estudos do Genoma Humano do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo (USP).

Homenagens especiais

A sessão também prestou uma homenagem especial à advogada Therezinha de Godói Zerbini, de 80 anos, por sua coragem na defesa das mulheres e dos povos oprimidos. Foi lembrada ainda, *in memoriam*, Leocádia Prestes – mãe de Luiz Carlos Prestes –, que enfrentou a ditadura brasileira e o nazismo alemão, conseguindo resgatar sua neta Anita. Recebeu o prêmio Zóia Prestes, outra neta da homenageada.

Congresso celebra Dia da Mulher e entrega prêmio Bertha Lutz

As lutas e as conquistas de uma parteira, uma aeromoça, uma geneticista, uma política e uma líder feminista sintetizaram, ontem, os desafios enfrentados a cada dia por mais de 90 milhões de brasileiras. Maria dos Prazeres, Alice Klausz, Mayana Zatz, Jandira Feghali e Rose Marie Murado, respectivamente, receberam o prêmio Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em sessão especial do Congresso em homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

Na abertura da solenidade, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, destacou a qualidade do trabalho realizado pelas mulheres no Parlamento e no Executivo. A Mesa da sessão especial reuniu ainda o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia; Marisa Gomes, esposa do vice-presidente da

República, José Alencar; Dilma Rousseff, ministra-chefe da Casa Civil; Nilcéa Freire, ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; a deputada federal Sandra Rosado (PSB-RN); a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), presidente do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz; e Denise Pereira Alves, esposa de Garibaldi.

Em seu discurso, Dilma Rousseff saudou as homenageadas, ressaltando que todas “representam a competência da mulher brasileira nas diversas áreas do conhecimento”. Além das agraciadas com o Diploma Bertha Lutz, foram homenageadas Therezinha Zerbini e Leocádia Prestes (*in memoriam*), mãe de Luiz Carlos Prestes. Emocionada, Dilma lembrou que ela e Therezinha foram vítimas da repressão, tendo sido presas por sua atuação política durante o regime militar.

Senadores ressaltam avanços e obstáculos na luta por direitos

O relevante trabalho das mulheres na transformação da sociedade brasileira, as conquistas dirigidas a assegurar os direitos femininos e os obstáculos ainda enfrentados nesse processo foram abordados pelos senadores que participaram da sessão especial em homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

A presidente do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, Serys Slhessarenko, afirmou que, independentemente da coloração partidária, as dez atuais senadoras sempre fecham questão quando está em jogo a melhoria das condições de vida e de trabalho da mulher.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) defendeu a aprovação da continuidade de pesquisas com células-tronco embrionárias. Ela citou estudo segundo o qual, de 1992 a 2006, as áreas metropolitanas registraram um crescimento de 19% para 32% de famílias comandadas por mulheres.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) saudou as cinco agraciadas com o prêmio Bertha Lutz este ano e fez especial referência à ex-deputada Jandira Feghali, por seu esforço pela aprovação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), que pune responsáveis pela violência contra as mulheres. Já Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que as mulheres vêm ocupando alguns espaços na cena política e econômica, mas pondera que, infelizmente, “elas ainda têm de se defrontar com discriminação tanto no sucesso quanto na derrota”.

Em nome do PSOL, o senador José Nery (PA) homenageou a luta diária de todas as mulheres operárias, camponesas, ribeirinhas, índias, além das que moram na periferia das grandes cidades. Ele também prestou homenagem “a todas as mães que choram a morte de seus filhos, em decorrência da violência urbana e rural”.

Realidade nada cor-de-rosa

No início do evento, os participantes ouviram a apresentação do *rap Rosas*, interpretado pelo grupo Atitude Feminina, de São Sebastião, no Distrito Federal. Na canção, as intérpretes lembram que a realidade das mulheres “não é nem um pouco cor-de-rosa”, pois a cada ano, enfatizaram, “2 milhões de mulheres são espancadas por seus maridos ou namorados”.



1 – Alice Klausz (E), Maria dos Prazeres e a deputada Luiza Erundina acompanham a sessão realizada no Plenário do Senado.



2 – As premiadas Jandira Feghali (E) e Mayana Zatz, ao lado de Serys Slhessarenko.



3 – Zóia, filha de Prestes, recebe a homenagem especial a sua avó das mãos de Inácio Arruda.



4 – Ideli entrega o prêmio de Rose Marie a sua representante, Nilcéa Freire.



5 – Therezinha Zerbini (E) e a ministra Dilma Rousseff.

Garibaldi destaca conquistas da bancada feminina

Ao abrir a sessão em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, Garibaldi Alves lembrou a origem desse dia, comemorado em 8 de março. A data foi instituída em 1975, pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), para reverenciar episódio ocorrido nos Estados Unidos, em 1857, quando 129 operárias de uma fábrica têxtil morreram carbonizadas num incêndio, no

momento em que faziam greve. Garibaldi destacou que, na época, as operárias pleiteavam, apenas, igualdade de tratamento entre homens e mulheres nas condições de trabalho e o direito ao voto.

O presidente do Senado afirmou que as parlamentares costumam dizer que ainda não estão representadas quantitativamente na área política, porque são poucas as mulheres no Congresso.

– Eu me permito discordar. Podem ser poucas em número, mas seus avanços qualitativos representam muito, porque elas vêm cumprindo suas missões com denodo – ressaltou.

O presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, também prestou homenagem às autoridades presentes e às agraciadas pelo prêmio Bertha Lutz, lembrando de Carlota Pereira Queiroz, primeira deputada brasileira.